

# “EM PORTUGAL TEM HAVIDO UM PROGRESSO SIGNIFICATIVO NA IGUALDADE DE GÉNERO”

**Com um foco na eliminação da discriminação baseada no género e na construção de uma sociedade plena na sua cidadania, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) celebra em 2017 o 40º aniversário. Teresa Fragoso, presidente da CIG, avalia a questão da igualdade de género em Portugal e revela os progressos que têm sido alcançados nos últimos anos.**

## Como avalia na atualidade a questão da igualdade de género em Portugal?

Em Portugal, nas últimas décadas, temos assistido a um progresso muito significativo no que se refere à igualdade de género, aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI - seja na lei ou no dia-a-dia das pessoas. As mulheres estão hoje em maioria nas universidades em todas as áreas (à exceção das engenharias) e praticamente a par dos homens no mercado de trabalho. Por seu lado, os homens assumem cada vez mais um papel ativo enquanto pais e cuidadores na esfera doméstica. Quanto aos direitos das pessoas LGBTI, Portugal tem sido dos países mais progressistas da Europa, estando previsto na lei o casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a adoção e a procriação medicamente assistida, e ainda legislação específica no que se refere à identidade de género. Mas, apesar de todos estes avanços, ainda se verificam muitas desigualdades, nomeadamente, entre mulheres e homens. As mulheres ainda ganham menos do que os homens para trabalho igual ou de igual valor: a diferença salarial ronda os 15 por cento, o que faz com que na prática as mulheres trabalhem dois meses por ano de graça, por comparação com os homens. Ainda existe o chamado “teto de vidro”, ou seja, as mulheres progredem nas carreiras, mas só até um determinado nível, tendo dificuldade em ascender a lugares de topo na tomada de decisão, quer política quer económica. Também em termos da conciliação entre a vida profissional e familiar as mulheres são ainda quem tem as maiores responsabilidades ao nível dos cuidados familiares e das tarefas domésticas, trabalho que tem um peso significativo na economia do país, mas que não

é remunerado e, portanto, é menos valorizado socialmente. Por último, é importante ter consciência de que estas desigualdades entre mulheres e homens estão na origem da violência nas relações de intimidade, violência que afeta toda uma sociedade com custos muito significativos para o país, para a comunidade e para as famílias. Mas vale a pena referir que embora este seja um problema de difícil erradicação, que afeta a generalidade das sociedades, em Portugal muito tem sido feito, nas últimas décadas, para o tornar visível, preveni-lo, combatê-lo, protegendo as vítimas e castigando quem agride.



## Comparativamente com outros países da União Europeia, qual o posicionamento de Portugal nesta matéria?

No que se refere ao enquadramento legal e às políticas implementadas, Portugal faz parte dos países mais avançados da União Europeia. Quanto à situação de facto, nos principais indicadores relativos à igualdade de género, Portugal não se afasta muito da média europeia. A título de exemplo, a participação das portuguesas na atividade profissional, particularmente no trabalho a tempo completo, encontra-se entre as mais elevadas da UE; ao nível do poder político, as deputadas representam 34 por cento do total da Assembleia da República, sendo de 29 por cento na média da UE. Em contrapartida, os indicadores de igualdade apresentam um desempenho inferior ao da UE em áreas como o poder local: oito por cento de presidentes de Câmara, para uma média de 15 por cento na UE; ou o poder económico: 14 por cento de mulheres en-

“ Nos principais indicadores relativos à igualdade de sexo, Portugal não se afasta muito da média europeia ”

tre os membros dos conselhos de administração das maiores empresas cotadas em bolsa, percentagem que é de 23 por cento na UE. Uma área onde Portugal se destaca pela positiva é na taxa de uso das licenças parentais por parte dos homens, que atualmente ultrapassa os 75 por cento, no que se refere ao uso exclusivo do pai, e os 30 por cento quanto ao tempo partilhado com a mãe, ficando ao nível dos países nórdicos, sendo que Portugal é dos países que concede mais tempo de licença parental paga para o pai.

## A visão da CIG passa por “eliminar a discriminação baseada no género e construir uma sociedade plena na sua cidadania”. De que forma se pode atingir este objetivo?

Este é um trabalho que implica persistência e diferentes níveis de intervenção. Por um lado, é necessário dar continuidade à implementação das políticas e da legislação já existente. Por outro lado, é necessário ir mais longe, por vezes com medidas de ação positiva, como a lei da paridade na política em 2006, e como se pretende que venha a ser legislado limiares mínimos de paridade ao nível dos conselhos de administração de empresas públicas e privadas cotadas em bolsa, entre outras organizações. É ainda fundamental ter consciência de que não basta combater os sintomas, é necessário ir às causas, que são muitas vezes de natureza cultural, enraizadas em preconceitos e práticas comportamentais discriminatórias. É por isso que a intervenção no domínio da educação é considerada uma prioridade e tem sido uma grande aposta da CIG.



## Em que tipo de iniciativas é que Portugal se constitui um exemplo?

Tem sido destacada, a nível internacional, a Lei da Paridade, que alcançou nas eleições legislativas de 2015 os resultados pretendidos de um limiar mínimo de 33 por cento do sexo sub-representado na composição da Assembleia da República e na representação portuguesa no Parlamento Europeu. O sistema nacional de proteção da parentalidade é também apontado como inovador, uma vez que reconhece aos homens o direito ao tempo e à respetiva ausência do local de trabalho para o exercício do direito da paternidade, combatendo a ideia de que o trabalho de cuidado das crianças é apenas das mulheres. Uma outra medida que tem sido destacada internacionalmente foi a produção e implementação de Guiões de Educação Género e Cidadania, destinados a todos os níveis de ensino, com vista à eliminação gradual dos estereótipos sociais de género que predefinem o que é suposto ser

e fazer um rapaz e uma rapariga. Queremos que cada um e cada uma possa ter a liberdade de escolher e ser o que o/a faz feliz.

## Quais os projetos pensados para o ano de 2017?

O ano de 2017 será marcado pelo desenho de uma nova geração de Planos Nacionais para a Igualdade sob nossa coordenação, onde serão tidos em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com enfoque no Objetivo 5: Igualdade de Género, embora todos os demais objetivos devam ser implementados na perspetiva de género. De destacar, também, as comemorações do 40º aniversário da Comissão, para as quais estão previstos vários eventos que permitam recordar o contributo da CIG para a igualdade entre mulheres e homens, mas que sejam igualmente uma oportunidade para olhar para o futuro, no sentido de tornar a igualdade de género e das pessoas LGBTI uma realidade.